

O GERIFALTE

1o trimestre 2011 edição 4 Ano 2



ANARQUIA DE IDEIAS



PARLAMENTARES E TIRIRICA

FUNDAÇÃO BOTÍN

EDUCAÇÃO



EROS GRAU

JUDICIÁRIO

ENTREVISTA SERGIO BRANCO



QUE HÁ DE NOVO?

EDITORIAL

O que temos de novo!
p.01

O “DIA BOM” DE TIRIRICA

Por que Tiririca ficou tão feliz? p.03



EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Saiba a importância de se formar alunos politicamente conscientes para a democracia p.07



EROS GRAU OU MINISTRO EROS GRAU?

O Judiciário está estendendo a mão? Saiba mais na p. 12



CAMINHOS PARA UM JUDICIÁRIO EFICIENTE

Reflexões sobre as teses para uma PEC que tornaria o Judiciário mais eficiente Saiba mais na p.11

EXPERIÊNCIA NA FUNDAÇÃO BOTÍN

Fique por dentro desse programa a partir das experiências de um aluno que acabou de participar dele! Saiba mais na p.15

IDEOLOGIAS MUNDIAS, excuse moi!

Ponderações sobre o discurso “The Power of a Single Story” Saiba mais na p.16

EM PRETO E BRANCO

Aprece a crônica de uma das nossas alunas que já foi premiada em competição brasileira. Descubra na p.19

A PROBLEMÁTICA ESTUDANTIL DO ESTUDO

Saiba o segredo para sair desse ciclo vicioso que afeta muitos estudantes! Saiba mais na p.17



CANTO POÉTICO

Encontramos o Excelentíssimo Juíz Poeta!

Descubra na p.21

QUADRINHOS

Últimas Notícias do Mundo Jurídico! p.23



EDITORIAL

Fazendo um balanço desse primeiro trimestre, ressaltam-se as tristes tragédias envolvendo as enchentes na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, o terremoto e conseqüente acidente nuclear no Japão e, mais recentemente, o massacre na escola Tasso da Silveira no Rio de Janeiro. A tendência atual é que nos conformemos com as notícias impactantes da sociedade global, mostrando uma certa passividade da nossa parte em relação àquilo que não nos afeta diretamente. Ficamos abismados com as enchentes, mas logo depois sempre surge uma nova notícia tão impactante que rapidamente nos faz olvidar a anterior ou dar-lhe pouca importância. Não reagimos até que o problema se torne pessoal de alguma forma.

No entanto, é na anarquia de idéias que buscamos evidenciar a indignação que sentimos em relação às ocorrências que afetam as sociedades tanto sob uma perspectiva local, quanto global. Não estamos defendendo qualquer tipo de ideologia política, muito menos propagando a anarquia como ideologia, sendo apenas uma forma de nos expressarmos desacorrentados de qualquer tendência pré-concebida. Devemos nos criticar de modo a provocar a reflexão e o pensamento sobre os assuntos cotidianos que nos rodeiam. Enquanto a tendência é almejar a ordem, cabe a nós atuarmos como os grandes “jokers” no âmbito das idéias, para, através de provocações, alcançarmos novas propostas e soluções socialmente mais eficientes. Cabe a nós, em nossa formação, constantemente enfrentarmos o conformismo e os paradigmas sociais, para evoluirmos como indivíduos e como sociedade.

Boa leitura!

- Adriana Simonsen Reino

EQUIPE DO GERIFALTE

EDITORA: Adriana Simonsen Reino

HUMOR: Antônio Bastos

DIVULGAÇÃO: Vitor Lopes Horta e

João Marcelo da Costa e Silva Lima

CAPA E LAYOUT: Catarina Dacosta Freitas





Mural

Informações

Fotos (11)

Notas

Amigos

Sérgio Vieira Branco Junior
11/06/1974

Na FGV, não só os bons alunos são homenageados como também não só os professores têm a função de avaliar. Em mais uma inovação acadêmica, foi divulgado o ranking dos docentes mais bem avaliados pelos estudantes da DIREITO RIO. Como incentivo aos demais, resolvemos parabenizá-lo com uma entrevista bastante divertida, tentando mostrar um Sérgio diferente daquele que costumamos encontrar nas salas de aula.

Entrevista com Sérgio Branco

Por Mariana Campos e Giovanna Carloni

Enviar mensagem

Cutucar

Escreva alguma coisa.

Formação: Graduação, mestrado e doutorado em Direito pela UERJ. E pós-graduado em cinema documentário pela FGV.

Emprego mais aleatório/estranho que já teve: Emprego, de verdade, nenhum. Mas durante uns dois anos dei aulas de francês para uma freira em um orfanato. Era divertido.

Emprego dos sonhos: Honestamente? Ser professor.

Maior pérola que já ouviu como Professor: várias, é claro. Mas a mais estranha, pelo conjunto do absurdo, se deu há muito tempo. Eu estava trabalhando com um texto em inglês onde aparecia a palavra “mosque”, mesquita em Português, referindo-se ao templo de culto do islã. Uma aluna achou que era uma referência ao município de Mesquita, próximo à Nova Iguaçu. Juro que até hoje não sei como ela pôde ter feito uma associação tão sem sentido.

Pior gafe cometida por você como professor: pensei, pensei e não me lembro de nada muito constrangedor, felizmente.

Maior mico que já pagou na vida: certa vez, mandei de brincadeira para uma grande amiga um e-mail sugerindo que ela se inscrevesse no concurso “garota da laje”, cujo prêmio era um carro velho. Só que eu errei o endereço de e-mail e mandei para a diretora jurídica de uma empresa, que eu nem conhecia pessoalmente.

Livro que mais marcou: são muitos, já que adoro ler. “Cem Anos de Solidão” é, para mim, o melhor romance do século XX, apesar de ser uma resposta clichê. “Ensaio sobre a Cegueira”, do Saramago, é uma obra-prima. Gosto muito dos livros do Bernardo Carvalho, especialmente “Nove Noites”. Acho o Millôr Fernandes um gênio do humor, assim como o Quino (da Mafalda), o Bill Waterson (do Calvin) e o Sempé (do Petit Nicolas). Para apaziguar o espírito, tem os livros do Yogananda (“Autobiografia de um Iogue” e “A Eterna Busca do Homem”).

Escritora que gosta muito: Já gostei muito da Clarice Lispector, mas não mais, apesar de “A Descoberta do Mundo” ser um de meus livros favoritos ainda hoje. Gosto da Marguerite Yourcenar, que escreveu “Memórias de Adriano” e “Contos Orientais”. Recentemente, li “O Livro dos Nomes”, da Maria Esther Maciel, e “A Chave da Casa”, da Tatiana Salem Levy. Achei ambos muito interessantes. Apesar de ser considerada literatura de segunda classe, adoro Agatha Christie, já li mais de 50 de seus livros.

Filme que mais marcou: Também são muitos: “E.T.”, “O Homem com Duas Vidas”, “Era Uma Vez na América”, “A Lista de Schindler”, “Hannah e suas Irmãs”(e muitos outros do Woody Allen), “Pulp Fiction”, “Terra Estrangeira”, “Magnólia”, “As Invasões Bárbaras”. Mas se tivesse que ficar com apenas um, seria “Cinema Paradiso”.

Sonho de consumo: fazer uma longuíssima viagem de volta ao mundo. Mas não de navio, que deve ser muito chato.

Esporte: Para ver ou praticar? Para ver, vôlei; para praticar, nenhum. Tento ir à academia com uma certa regularidade, mas sempre vou contrariado.

Branco ou Preto? Xadrez, é claro.

O que faz durante o fim de semana: Faço o que já dá para imaginar: leio, vejo filmes, eventualmente viajo. Já se foi o tempo em que meus finais de semana eram mais agitados do que isso.

Melhor viagem que já fez: foi uma viagem meio a trabalho meio de férias em 2007, à Europa.

Uma dica para os alunos da FGV Direito Rio: Bons advogados não se constroem apenas com textos jurídicos. Explore o mundo. E sejam bons.

Como você descreveria a FGV Direito Rio em uma palavra? Contemporânea.

O “Dia Bom” de Tiririca

João Marcelo Lima¹

O dia 15 de dezembro de 2010 não foi uma quarta-feira qualquer em Brasília. De fato, Tiririca precisou de pouquíssimas palavras para sintetizá-lo: “vim num bom dia”. Se me permite enfatizar, dia maravilhoso! Isso para os parlamentares. Para o contribuinte, é, como sempre, mais um furo no bolso.

O senso comum nos leva a dar especial atenção a leis que são aprovadas, bicameralmente, em pouco mais de duas horas. O Decreto Legislativo 683/10 deveu sua notória agilidade pelas câmaras deliberativas brasileiras a seu caráter de aprovação em “regime de urgência”. Ora, dia 15 de dezembro não é qualquer época do ano. Aproxima-se o Natal, as compras e mais compras. Não podemos esperar que o 15º salário dos parlamentares, já existente antes do citado decreto legislativo, fosse cobrir todas as despesas com que teriam que arcar. Não; precisavam de aumento. O último datava de 2007. Já havia passado tempo demais.

Assim, com pouquíssima resistência – especificamente do PSOL na Câmara e dos senadores Álvaro Dias, José Nery e Marina Silva – parlamentares ganharam um aumento de mais de 60% no seu salário de 16.700,00². Por sua vez, os ministros de estado, a presidente e o vice-presidente da república, uma colossal melhoria de mais de 130% (mais todos os “auxílios”). Todos os representantes da União passaram a ganhar R\$ 26.723,13 (com “subsídios”). Paulo Rabelo de Castro sustenta que temos o Congresso mais caro

do mundo. Mesmo sendo isso uma hipótese sujeita a muito debate³, não é muito animador saber que o reajuste dos congressistas terá um impacto econômico de, no mínimo, 130 milhões de reais, segundo estudo conduzido pela própria Câmara.

A argumentação que sustentou a promulgação do reajuste girou em torno de pontos muito críticos para a saúde democrática de um país em desenvolvimento e com altos índices de corrupção⁴. Recentes pesquisas⁵ demonstraram que quanto maior o salário dos parlamentares, maior é sua eficiência, produtividade e aprovação popular. A razão para tal reside na seleção natural de Darwin. Isto é, quanto maior o incentivo econômico, maior será a concorrência, mais acirrada será a competição – eleições políticas, no caso – e, por isso, melhor será o resultado, que será um representante mais virtuoso, eficiente, digno e tudo mais. O deputado do PTB-SP Nelson Marquzelli é mais direto: “Eu acho que nós temos que remunerar dignamente os nossos representantes e exigir resultados”.

Outros argumentos de parlamentares que defendem o reajuste giraram em torno da ideia de que a equiparação remuneratória dos três poderes ao piso salarial do funcionalismo público é “justa”. O Judiciário, no entanto, não compartilha dessa opinião. Já tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que ampliará o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal para mais de 32.000,00 reais. Assim, voltará a ter o Judiciário a honra de receber o teto

do funcionalismo público.

Portanto, nota-se desde já que o impacto econômico do reajuste do PDL 683/10 não se restringirá aos parlamentares, ministros de estado, vice-presidente e presidente. Gera-se, com todo aumento salarial promulgado no Congresso Nacional, um efeito cascata, constitucionalmente previsto. Os deputados estaduais podem, por lei⁶, reajustar seus salários em até 75% do salário dos federais. Isso significa também que aumento para presidente e vice determina aumento para governador e vice-governador. Vereadores não ficam para trás, podendo reajustar seus salários em entre 20% e 75% dos salários estaduais. Uma recente pesquisa protagonizada pela Confederação Nacional dos Municípios diz que o reajuste salarial do final de 2010 pode chegar a ter um impacto de 1,8 bilhão de reais nas contas públicas⁷.

Tudo isto significa que, a partir do dia 1º de fevereiro, contribuiremos muito mais para os subsídios de todos os nossos representantes. Sendo que, em pesquisa feita por Ronald Inglehart⁸, o brasileiro é o cidadão que menos confia em pessoas, no mundo inteiro. O que menos tem confiança, poder-se-ia deduzir, em seus representantes. E um dos que melhor os paga. Bastante paradoxal. Não é de se estranhar, assim, que em recente pesquisa de percepção da OCIP “Rio como vamos” demonstrou-se que 89% dos cariocas aptos a votar estão insatisfeitos com a atual legislatura¹⁰.

Mas, se do ponto de vista ma-

¹ Com colaboração do Professor Feliciano Guimarães, FGV-Direito Rio.

² Mais 3.000,00 reais de auxílio moradia, mais 9.000,00 reais de passagem, mais 1.000,00 reais de auxílio em assinatura de revistas, 60.000,00 de verba de gabinete, etc

³ Especialistas sustentam que a maneira com que se contabiliza o gasto do Congresso é muito mais transparente no Brasil do que em países como os Estados Unidos. Neste país, os parlamentares podem consultar think tanks dentro do Congresso, e pagos pelo Governo americano, para fazer determinadas pesquisas ou projetos. Isso diminui o custo da verba de gabinete dos congressistas.

croeconômico, no contexto em que o Brasil se encontra, com a Presidente Dilma anunciando cortes de 50 bilhões de reais nas contas públicas, que não vêm fechando como deveriam, o brasileiro tem que pagar mais a representantes em que confia menos, pergunta-se, naturalmente, quais são os critérios que levaram a tanto aumento? São sérios, transparentes? O que podemos fazer a respeito?

A Constituição da República é clara, em seu artigo 51º, parágrafo IV, quando expressa que compete à Câmara dos Deputados “dispor (...) sobre a iniciativa de lei para a respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias”. Portanto, não há muito que se perguntar. Agora, independentemente do que expressa a lei de diretrizes orçamentárias, longa, confusa e disponível no website do Senado, a inflação dos 4 últimos anos acumulou-se em 18%, e não em 60% ou 130%¹¹. Afinal, o salário mínimo, tão discutido atualmente, é, ou deveria ser, fixado a partir da seguinte fórmula: crescimento real do PIB dos dois anos anteriores + inflação. Porque não é o mesmo critério claro e transparente para fixar os salários dos parlamentares? Marina Silva, única senadora que pediu a palavra na rapidíssima votação do 15 de dezembro de 2011, disse: “Gostaria de manifestar minha posição contrária. O mais certo seria um reajuste equivalente à inflação, como defende o PSOL”.

“Quem deveria decidir sobre os honorários dos mandatários é o

próprio povo; não podemos legislar em causa própria”. A afirmação da deputada estadual Luisa Erundina (PSB-SP) é utópica, mas nos compele a refletir. O artigo 51º deixa, de fato, muito a desejar no tocante a accountability social. O Jornal do Povo colocou a questão de forma delicada: “Se os deputados podem decidir quanto eles mesmos irão ganhar, porque o povo não pode decidir sobre o próprio salário mínimo?”¹². Ninguém sabe. Porque o constituinte assim o desejou...

Agora, se, de um lado, o Congresso Nacional demorou pouco mais de duas horas para legislar em causa própria, para se auto-beneficiar, exercendo sem hesitações seu dever constitucional, nesta matéria quase ilimitado, a negociação política em torno do reajuste do salário mínimo sensibiliza e torna, do dia para a noite, extremamente prudentes e meticolosos os parlamentares e o executivo federal.

Ainda em deliberação, o salário mínimo está agora na pauta do Congresso, se esforçando para receber caráter urgente, brinde dado ao reajuste salarial dos parlamentares. O Projeto de Lei governista conquistou a maior parte da base aliada. No entanto, um dos onze partidos da coligação governista é contra, e a oposição também. Foram propostas, até agora, mais de 60 emendas à quantidade proposta pelo governo, que se fixou em R\$ 545,00 (seu valor atual é de R\$ 510,00), valor que obedece primordialmente a fórmula¹³ acordada durante o governo Lula com as lideranças sindicais.

Os sindicalistas, no entanto,

junto com a oposição ao governo, querem que o mínimo seja fixado com valor maior, qual seja, de 580 reais – valor proposto pelos sindicalistas. Vale lembrar que o ex-candidato à presidência, José Serra, havia proposto – e até agora defende – um mínimo fixado em 600 reais. Em recente entrevista à Globonews, o ex-governador de São Paulo manifestou-se: “É importante sobretudo numa época em que a inflação de alimentos se acelera. Não há no horizonte melhora nesse aspecto. As contas públicas podem suportar isso no que se refere à questão da Previdência”. Mas, o empecilho, que vem dos governistas, foi simplificado pelo líder do governo no Senado. Romero Jucá, PMDB-RR, afirmou: “Nós temos uma restrição orçamentária, o governo não tem dinheiro para todos”¹⁴.

E é verdade. Não há dinheiro para todos. Feliciano Guimarães, professor de Teoria do Estado Democrático da FGV Direito



⁴ A *Transparency International* avaliou os níveis de corrupção do Brasil em 2010 e o colocou em 69º no ranking mundial.

⁶ Artigo 27, inciso 2º da Constituição da República

⁷ Artigo 29, parágrafo VI fixa os subsídios dos vereadores. O dispositivo atrela a quantidade salarial dos vereadores à quantidade de pessoas existentes no Município. Um município de mais de 500.000 habitantes poderá obter um salário de 75% do valor do salário de um deputado estadual.

⁸ Raul Velloso, especialista em contas públicas, especula que o impacto pode chegar a 2 bilhões de reais.

⁹ Somente 2.8% dos brasileiros entrevistados responderam “sim” à pergunta “você pode confiar na maioria das pessoas”. É o número mais baixo do mundo inteiro. Pesquisa publicada em Ronald Inglehart, *Human Beliefs and Values: a Cross-Cultural Sourcebook based on the 1999-2002 Values Surveys* (Mexico Siglo XXI, 2004)

¹⁰ Pesquisa executada pelo IBOPE e disponível no website : <http://www.riocomovamos.org.br/rcv/conteudo.php?cod=400>

¹¹ Razão pela qual manifestou-se contra o Projeto de Decreto Legislativo o PSOL.

Rio, explicou: “É extremamente delicado governar um país, o qual deve ser feito a partir de noções de justiça, e não eficiência e maximização de lucro, como organizações financeiras. Quando se dá dinheiro a um, tira-se de outro. Senão as contas não fecham”.

Agora, nós, eleitores e contribuintes, podemos duvidar bastante das noções de justiça de nossos congressistas. Em aumentar R\$ 35,00, mostram-se extremamente cautelosos. Para aprovar um rombo de R\$ 2 bilhões nas contas públicas, precisam de poucas horas. Uma simples divisão demonstram absurdo: R\$ 2 bilhões dividido por \$R 70,00 (que é 580 – 510, o reajuste proposto pela oposição e os sindicalistas) dá 28.571.428,58 – número que supera a população total¹⁵ da Venezuela. Esse último número é a quantidade de pessoas que poderiam ser beneficiadas pelo reajuste salarial do mínimo, se não tivesse havido a aprovação do decreto legislativo que aumentou o salário dos parlamentares!

É claro que, sem dúvida, se formos analisar sob perspectiva macroeconômica, pensando um país do tamanho do Brasil, com quase 200 milhões de habitantes, não resta dúvida de que um reajuste do mínimo, que aumentaria imensamente as contas da Previdência, a quantidade dos salários de boa parte do funcionalismo público, o valor das indenizações, e tantos outros elementos. Mas, por sua vez, aumenta, principalmente, o poder aquisitivo da população em pequenos municípios, locais mais castigados pela desigualdade so-

cial que se materializa, principalmente, pelo número de pessoas que vivem à margem, ou abaixo, do salário-mínimo. Os benefícios de tal aumento são inúmeros, mas infelizmente não poderemos nos aprofundar nesse assunto no presente artigo.

De fato, o juízo de valor que é levado em conta pelos que governam quando se decide aumentar um salário, quando se negocia um gatilho periódico que o reajuste, ou seja lá o que se decidir, a Constituição faz refletir sobre a tecnicidade na hora da tomada de decisão. Em seu artigo 7º, parágrafo IV,

aparece escrito o seguinte: “O salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, **sendo vedada sua vinculação para qualquer fim**”(Grifou-se). Isso, agora exposto, é um dos direitos do trabalhador urbano ou rural, além de “outros que visem a melhoria em sua condição social”.

Não se trata de idealismo, mas



Fonte: <http://vtvtelinha.wordpress.com/2011/04/12/tiririca-devolve-dinheiro-gasto-em-resort-de-luxo/>

¹² Ver em: <http://www.jornaldapovo.com.br/noticia.php?id=8224>

¹³ Já mencionada, que soma a o crescimento real do PIB dos dois anos anteriores à inflação do ano anterior.

¹⁴ Entrevista à Globonews.

¹⁵ População da Venezuela: Estimativa de 2008: 27 934 783[1] hab. (43.º). Referência: Total population per country (census.gov).

¹⁶ Segundo a definição do Jurista Carl Lowenstein há três categorias em que uma constituição pode ser classificada: a normativa, a nominal ou a semântica. A classificação ontológica define as constituições pela concordância entre as normas nelas escritas e a realidade do processo do poder e pelo que os dominantes e os dominados fazem delas. A Constituição normativa é juridicamente válida, e socialmente eficaz. Por sua vez, a Constituição nominal é juridicamente válida, mas ineficaz socialmente.

¹⁷ O Professor Feliciano discorreu, também, sobre o absurdo que ganham professores de rede pública – e, em muitos casos, rede particular também. Cristovam Buarque, PDT-DF, em razão da aprovação do reajuste dos parlamentares, pediu a voz, alguns dias depois, e propôs aumentar o salário dos professores na mesma proporção com que se aumentou o dos congressistas. Sua proposição foi recebida com muito bom humor, mas só isso.

de ler a Constituição. Não temos uma Carta Política normativa senão, pelas circunstâncias socioeconômicas do Brasil, nominal¹⁶. No entanto, os juízos de valor que são levados em conta pelos que governam nosso país são extremamente generosos quando se trata de autobeneficiá-los. Generosos, dir-se-ia, demais.

Aplicando conceitos jurídico-constitucionais como “a reserva do possível” e o “mínimo existencial”, percebemos que o salário-mínimo de R\$ 545,00 não paga as contas das “necessidades vitais básicas” de uma família de mais de uma pessoa em uma grande cidade como São Paulo ou o Rio de Janeiro, com uma inflação de preços galopante devido ao crescimento de nossa economia e de nossa classe média e alta. O poder aquisitivo continua defasado. As contas não fecham.

Todo brasileiro tem direito a subsídio da previdência. Em algum momento, eu ou você poderemos usufruir desse direito. Quando chegar a hora, fecharão as contas? Remédios, hospitais, enfermeiras. E se tivermos só isso com que contar? Só R\$ 545,00. Como disse o Professor Feliciano Guimarães, é muito baixo¹⁷. Se a nação deve ser governada por noções de justiça, que seja feita na saúde pública.

Justiça, a meu ver, não é aumentar em 10.000 nem em 16.000 reais o salário de um representante. Justiça é honrar a palavra de Dilma Rousseff. Em seu primeiro pronunciamento à nação como presidente, após 2 meses de mandato, ela en-

fatizou a necessidade, imprescindível, de aumentar os salários, indignos, dos professores, como forma de incentivá-los a promover uma educação que contribua, potencialmente, para o bem-estar geral do país. Essa opinião não é exclusiva sua, mas de boa parte da sociedade civil, que vem se engajando com iniciativas de mobilização extremamente relevantes, como o “Todos pela educação” ou o “Projeto Uerê”. Desse caminho não se deve desviar.

Ainda no fôlego dos subsídios sem explicação, outro acontecimento nacional tem levantado muita indignação entre os brasileiros. Nove Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) estão em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF). Todas impugnaram a mesma prática. A Ordem dos Advogados do Brasil nacional percebeu fato inusitado. Governadores que exerceram o cargo por apenas quatro anos estão ganhando aposentadorias extremamente generosas. As pensões circulam em torno de R\$ 22.000,00 e 24.000,00. Isto é, pessoas que estiveram no cargo recebem até hoje a íntegra de seus salários, reajustados periodicamente para não haver a tão temível defasagem do poder aquisitivo. Para este fato não há respaldo constitucional, senão de leis estaduais, muitas vezes propostas pelos mesmos políticos que delas se beneficiam, demonstrando outro exemplo de legislação autobenevolente. Notando isso, a OAB irá pedir a inconstitucionalidade das mencionadas leis estaduais.

Porém, o absurdo não se restringe aos casos acima citados. Há outros que revoltam. Maria Guilhermina Martins Pinheiro, mais conhecida por ser a viúva de Leonel Brizola, ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, recebe, até o dia de hoje, o acúmulo das vitórias eleitorais de seu marido. R\$ 41.000,00 por mês é sua pensão vitalícia. Outra é Hercília Catarina da Luz, de 89 anos, filha de Hercílio Luz, que governou Santa Catarina por três mandatos, ainda na República Velha. Essa senhora recebe, atualmente, R\$ 15.000,00 dos cofres públicos, como pensão de seu pai. Há também ex-governadores interinos, que governaram estados por apenas dez dias, como, por exemplo, Humberto Bosaipo, do DEM, que durante muito tempo também usufruíram de um benefício de R\$ 15.000,00 dos cofres públicos.

Como disse Cristóvam Buarque, senador do PDT-DF, em discurso no Congresso Nacional, “nós precisamos olhar o povo como um médico olha um paciente. O médico não aumenta o valor da sua consulta no momento em que sua credibilidade como médico não está bem entre os doentes! E nós hoje estamos com dificuldades, pelas crises dos últimos anos¹⁸”. ■

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=M1De6mO1kYY>. Vale muito a pena ver.

¹⁸ Para destacar uma mais recente, lembremos a “crise dos atos secretos” do Senado, que dominou os holofotes da mídia em 2009.



Fonte: http://anjocuritiba.blogspot.com/2010_03_14_archive.html

Educação e Cidadania

uma breve apologia do preparo para a democracia

Lucas Thenevard
Alice Kasznar Feghali



Fonte: <http://historiadecifrada.blogspot.com/2009/11/apos-as-diretas-ja-o-brasil-vivencia.html>

Nosso país sofre de uma apatia política lamentável. As sucessivas desilusões políticas que o século XX impôs à nossa sociedade domaram de tal forma nossos espíritos, que a participação política se transfigurou, aos olhos da maioria dos nossos cidadãos, em uma estéril “teimosia”. Mesmo as mais urgentes reformas políticas, ou os mais ambiciosos projetos democráticos já não suscitam mais que um sorriso amarelado no rosto abatido do povo brasileiro. Em um país carente de transformações estruturais como o nosso tal situação deve ser encarada como um grave problema, quer por respeito aos valores da democracia, quer por temor de um provável colapso político.

Ademais, esse quadro apresenta-se como um círculo vicioso. Na medida em que o cidadão afasta-se do Estado, este tende a corromper-se devido à falta de necessidade de prestar contas à sociedade. Na medida em que a corrupção do Estado

se agrava, o cidadão sente-se mais impotente e a atividade política aparenta ser menos relevante. O atual cenário político brasileiro é farto em demonstrações dessa apatia. Nem sequer os consecutivos escândalos que vêm sendo trazidos à conhecimento público pelas CPIs foram capazes de despertar reações efetivas em nossa sociedade.

À fadiga política, à falta de esperanças, soma-se ainda uma sensação tácita de solidão política. O desengajamento não é decorrente de simples falta de vontade, de uma inércia indiferente, mas da consciência de que a reestruturação do país depende de uma coletividade inexistente. A pequena parcela de nossa sociedade que se mantém politizada conhece o grau de desinformação inaceitável em que se encontra a esmagadora maioria da população. A falta de consciência coletiva gerada por essa assustadora massa de desinformados dificulta demais os processos de trans-

formação social. Com isso, surgem inúmeras tentativas de, através de mecanismos burocráticos mirabolantes, solucionar problemas políticos sem transformar a sociedade. Juristas, cientistas políticos, sociólogos e economistas depositam na tecnologia institucional a seu dispor todas as suas esperanças, sem se dar conta de que um governo nunca poderá ser mais do que um reflexo de seu povo, especialmente em uma Democracia. Nos últimos anos foram conquistados alguns avanços, mas, se os compararmos às carências sociais que nos afligem, percebemos que ainda são pouco significativos.

Antes de tudo é necessário compreender que um país é essencialmente formado por pessoas. O Brasil é a maior prova de que recursos naturais abundantes e um complexo arcabouço burocrático não são suficientes ao sucesso de uma nação. São os cidadãos os maiores responsáveis por tal sucesso: pela

estabilidade do Estado, mediante o correto exercício de suas prerrogativas políticas; pela eficiência de seu governo, através da cooperação social e de uma justa alocação dos recursos provenientes dessa cooperação; pela seriedade de seus governantes, através do controle de seus representantes e do zelo pela cidadania. São evidentes as dificuldades de se alcançar uma sociedade capaz de exercer perfeitamente todas essas funções, mas é possível exigir desempenhos mais adequados do que os que observamos em nosso país.

As maiores diferenças entre o Brasil e países mais desenvolvidos social e economicamente não estão nas legislações adotadas. Nossas leis são amplamente influenciadas pelo Direito Europeu e Norteamericano, e, em muitos aspectos, apresentam soluções inovadoras para problemas suscitados por estas sociedades. Entretanto, não conseguimos atingir índices de desenvolvimento aceitáveis, e seguimos enfrentando graves problemas sociais há muito superados por estes países. Se quisermos caminhar para a solução de tais problemas, devemos urgentemente mudar de direção.

O primeiro passo está na superação de nossas crenças infantis em soluções institucionais. Os principais problemas do Brasil são evidentemente estruturais. Ainda que o trabalho para a melhoria de nossas instituições seja louvável, é preciso atentar menos para a máquina estatal e mais para o Homem. Mudanças estruturais são de difícil implementação, exigem grandes investimentos, e suas consequências só podem ser sentidas no longo prazo, e, no entanto, são indispensáveis ao desenvolvimento social.

Podemos facilmente apontar um grande número de mudanças estruturais pelas quais nosso país dever-

ia passar, mas uma se destaca por seu papel social e por apresentar-se como um requisito para as demais. Trata-se da necessidade latente de transformação do ensino básico.

Dois são os bens mais fundamentais para a formação de um homem: a saúde e a educação. Sem saúde o homem padece pela doença, sem educação, pela ignorância. Para o sucesso político, a educação é, sem dúvida, o fator preponderante. A educação é responsável pela manutenção dos principais valores de uma sociedade, promovendo eficiência e gerando os meios necessários ao desenvolvimento. A educação é condição para o exercício adequado da cidadania e para a maturidade do diálogo democrático.

Em um contexto democrático, o apropriado exercício da cidadania é, acima de tudo, um dever. A concepção clássica a respeito dos direitos políticos, que, sob um enfoque excessivamente individualista, os caracteriza apenas como direitos subjetivos é demasiadamente ingênua. Não se pode desconsiderar o relevante interesse coletivo na sua concretização devida. Da mesma maneira que se exige probidade, comprometimento e eficiência do administrador público, deve-se exigir moralidade e consciência política do cidadão. Entretanto, para tal é necessário que sejam fornecidos os meios necessários à participação consciente.

Para que um indivíduo se posicione corretamente dentro de determinada sociedade, é necessário que ele saiba, primeiramente, como se organiza a referida sociedade. Um conhecimento descritivo da organização básica do Estado é um pré-requisito óbvio para que qualquer cidadão esteja apto a zelar pelos seus direitos. Por exemplo, em eleições para a Assembléia Legislativa estadual, presume-se o conhecimento prévio por parte

do eleitor das funções desempenhadas por um deputado estadual. Como tantos outros mecanismos de defesa do cidadão, a política depende do conhecimento prévio de seus respectivos propósitos.

Da mesma forma, para compreender o Estado e saber como estão distribuídas as funções entre os órgãos, é necessário conhecer o princípio da separação dos poderes. Tais conhecimentos não só são indispensáveis à apropriada participação política, como também são condição necessária para que um cidadão possua efetiva liberdade política.

No Brasil, o voto não é apenas um ato de vontade do indivíduo, mas sim uma obrigação. Tanto para com os outros, quanto perante o Estado, ao qual é dado o poder de exigir o cumprimento de tal obrigação. É intrínseco à cidadania brasileira esse caráter compulsório do voto. O cidadão que vota por estar consciente e o que vota simplesmente por obrigação, votam, quantitativamente, da mesma forma. O Estado, portanto, não deve limitar sua atuação apenas ao controle mecânico do direito ao voto. Se votar é um dever, que tal exigência seja acompanhada dos devidos meios para um voto consciente.

O voto obrigatório foi implantado com o Código Eleitoral de 1932 e transformado em norma constitucional a partir de 1934. Seu caráter obrigatório foi justificado como forma de garantir a presença dos eleitores nas eleições, em um período de transformações institucionais que objetivavam dar credibilidade ao processo eleitoral. Muito se discute no Brasil sobre a compulsoriedade do voto e seus impactos sobre a democracia brasileira. Os que defendem o voto facultativo alegam que obrigar os cidadãos politicamente desinteressados a votar desvirtua o sentido da

participação democrática enquanto despe do devido valor o voto dos politicamente engajados. Por outro lado, as pessoas favoráveis ao voto obrigatório enfatizam que votar é um dever cívico que diz respeito a todos, e que a participação de pessoas com graus de engajamento distintos ajudaria na formação de um consenso pluralista, essencial para a democracia.

Por essas e ainda tantas outras razões, torna-se claro que o Estado tem o dever de disponibilizar meios para que o conhecimento: de suas estruturas, do funcionamento de seus órgãos, das funções exercidas por seus administradores e dos direitos políticos dos cidadãos; se torne não só de fácil acesso, mas de necessário acesso para toda a população. Pois não se pode falar de democracia em um país em que a esmagadora maioria da população desconhece as mais básicas estruturas do Estado, bem como, por consequência, seu papel na sociedade. Não se pode falar de liberdade em um país em que consciência política é privilégio de alguns, e não benefício de todos.

Em nosso país, a maioria dos eleitores recebe tais informações através dos meios de comunicação de massa e das divulgações dos próprios partidos políticos. De fato, estas parecem ser as únicas maneiras disponíveis para que o cidadão médio encontre informações a baixo custo e de fácil compreensão. Estas fontes, no entanto, estão longe de ser as mais adequadas. A quantidade e qualidade das informações oferecida desta forma costumam variar ao bel prazer do calendário de eleições, sujeitando-se à instabilidade ideológica dos partidos políticos e à programação dos noticiários, que costumam oferecer, em geral, apenas conteúdos relacionados com os principais acontecimentos jornalísticos do momento.

Ou seja, de dois em dois anos, quando ocorrem eleições no Brasil, somos bombardeados por informações políticas de todos os tipos: propaganda eleitoral, pesquisas de opinião, análises de governos anteriores, pesquisas históricas, estatísticas, entre outros. São, no entanto, informações acessórias, que exigem uma formação prévia, e por isso auxiliam, mas não são suficientes para construir uma sólida compreensão cívica. O exercício pleno da cidadania, no entanto, independe da periodicidade das eleições e deve ser construído cotidianamente.

Soma-se a isso o fato de que nos últimos anos o setor de comunicações tem sofrido enormes mudanças e expandido sua capacidade técnica. Devido aos custos relativamente baixos da comunicação, a quantidade e a complexidade da informação disponível sobre questões políticas aumentaram imensamente. Essa fartura de informação não leva necessariamente a uma maior compreensão da política. Pelo contrário, a maior escala e complexidade dos dados e informações impõe sempre maiores exigências à formação prévia dos cidadãos.

Algumas das competências essenciais para uma educação cidadã podem ser adquiridas ao longo dos anos escolares. Em uma primeira etapa desenvolvem-se as faculdades de ler e escrever, que posteriormente são aprofundadas a fim de preparar o aluno para empreender uma leitura crítica e escrever de forma consciente. Desta forma, a universalização da alfabetização constitui um primeiro requisito essencial ao desenvolvimento da cidadania. Da mesma forma, a cadeira de História tem papel fundamental, em conjunto com o ensino da Geografia, ao apresentar para o aluno o desenvolvimento econômico, social e político do país. Ao

país. Ao estudarem a evolução ao longo do tempo de nossas instituições políticas, os estudantes estabelecem um primeiro contato com conceitos e idéias que permearão o exercício da cidadania.

Esses conhecimentos geralmente oferecidos no Ensino Médio podem ser aproveitados pelo aluno de forma a colaborar na sua formação cidadã, mas não são suficientes para que ele compreenda a atual organização política de seu país.

À disciplina de História, naturalmente, não compete desenvolver conceitos e institutos de ciência política de maneira objetiva, desprovida da abordagem histórica que lhe é inerente. Na escola aprendemos que na Inglaterra vige o parlamentarismo. Mas todo governo parlamentarista funciona da mesma forma, ou outros países podem apresentar características distintas? Quais são as vantagens e desvantagens desta forma de governo? Essas e outras tantas questões fundamentais para a compreensão crítica do papel do Estado não podem ser adequadamente abordadas em um curso de História ou Geografia. Tampouco se discute a Constituição vigente e a organização social e política por ela estabelecida. A maioria dos livros didáticos aborda a Carta Magna como importante evento no contexto da redemocratização, mas não discute sua atual relevância jurídica e política para os alunos, como cidadãos. Faz-se necessária uma disciplina independente, que proporcione a tais questões uma dignidade própria.

A importância de uma educação voltada para o exercício da cidadania, embora ainda pouco refletida na grade curricular do ensino público de base, já integra o nosso sistema jurídico desde a promulgação da Constituição de 1988, que traz expressamente em seu artigo 205.

Dentre as finalidades erigidas constitucionalmente para a educação, apenas uma têm recebido efetiva atenção: a qualificação para o trabalho. Ainda que muito se discuta acerca da suficiência do ensino básico no Brasil para a qualificação apropriada do trabalhador médio, ao menos esta é, claramente, uma diretriz central da educação brasileira. Entretanto, outros objetivos igualmente relevantes vêm sendo deixados de lado, esquecidos em prol de questões supostamente mais urgentes. Desta forma, continuamos a adiar indeterminadamente o adimplemento dos compromissos sociais estabelecidos pela Constituição.

As vicissitudes da vida prática, as necessidades do cotidiano não podem jamais apagar da memória de um povo as preocupações mais altas da vida social. Caso contrário, tem-se uma sociedade à deriva, sem qualquer controle do seu destino, indiferente à sua própria sorte, que a tudo responde com imediatismo, e, portanto, não é capaz de construir para si o futuro que deseja.

A relevância prática da educação para a saúde política de um país democrático é evidente. A necessidade do efetivo engajamento político da população em um país que adota o voto obrigatório salta aos olhos. E se tais motivos não são suficientes para demonstrar a urgência de uma transformação do ensino brasileiro, que o seja a cogência do dispositivo constitucional.

A norma constitucional é clara: a educação deve visar, entre outros, o preparo para o exercício da cidadania. Este é um objetivo efetivamente contemplado pelo nosso atual sistema educacional? Não. Pois então temos que mudar. É um dever do Estado promover esta mudança.

Diante de todas as razões já ex-

postas, não há como justificar a carência do ensino básico de disciplinas voltadas para a compreensão do funcionamento do Estado. No entanto, uma ressalva deve ser feita: toda proposta educacional voltada para a formação política deve manter-se consciente dos perigos da manipulação ideológica. A História é farta em exemplos recentes deste tipo de manipulação. É o caso da educação alemã durante o regime nazista, da espanhola e italiana durante os regimes fascistas, da soviética durante o governo de Stalin, entre outros.

No Brasil, são exemplos duas matérias ministradas durante o regime militar: “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política do Brasil”. Nestas cadeiras eram abordados temas como “Bem-Estar e o Poder Nacional”, de forma totalmente desprovida de significado crítico e com um intuito claro de gerar consenso.

Uma disciplina voltada para a formação política dos cidadãos deve ter na Constituição um ponto neutro de partida, e deve adotar uma metodologia pluralista, que estimule o aluno a desenvolver suas próprias convicções através do contato com diferentes pontos de vista. Para tanto, o currículo deve ser elaborado de forma objetiva, e deve compreender os diferentes aspectos dos problemas suscitados.

O processo de redemocratização do Brasil, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988, vem fracassando em suas propostas políticas mais básicas. A população brasileira não acredita em seu governo, e se afasta cada vez mais do Estado. Um dos principais motivos para semelhante fracasso está na incapacidade das instituições de promover por si mesmas as mudanças estruturais de que necessitamos. Dentre tais mudanças, afiguram-se em primeiro plano as

reformas educacionais, devido ao relevante papel social que desempenham na promoção das demais transformações de que necessitamos. Esta reforma envolve, sobretudo, a preparação para o exercício da cidadania, essencial em um país democrático que adota o voto obrigatório. Este preparo deve se dar mediante a criação de uma disciplina própria, capaz de suprir a deficiência dos meios de comunicação e das campanhas partidárias em prover informações adequadas. A necessidade da existência de uma disciplina como esta não decorre apenas de sua relevância social intrínseca, pois encontra respaldo também nos dispositivos constitucionais relativos à Educação. Uma reforma deste gênero deve primar por uma metodologia pluralista, sob pena de transfigurar-se em mero mecanismo de controle ideológico, perdendo sua legitimidade e validade. ■

Caminhos para um Judiciário Eficiente

Reflexões acerca da Palestra do dia 21/03/2011

Vitor Horta

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, afirmou no diálogo travado no dia 21 de março, com a presença do vice-presidente da República, Michel Temer, e o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ser a favor de que o projeto de emenda constitucional da reforma da Justiça estabeleça que a possibilidade de recurso aos tribunais superiores não impeça o trânsito em julgado de ações já examinadas em primeira e segunda instância.

Peluso disse que, por essa fórmula, a responsabilidade pela execução da sentença passaria à parte vitoriosa. Assim, só executaria uma decisão das instâncias inferiores quem tivesse certeza de que o recurso adversário não seria acolhido, pois correria o risco de ter de compensar futuramente o outro lado.

Para o ministro, o regime de quatro instâncias, atualmente em vigor no Brasil, possibilita a protelação, tornando a litigiosidade potencialmente atraente, representando um total desacordo como a Justiça social. Para corroborar tal argumento, Peluso citou o exemplo americano, que adota o regime de duas instâncias e possui alta legitimidade em função da sua eficiência na resolução de litígios.

O ministro concluiu afirmando que só iriam executar aqueles que têm certeza de que sua decisão não será reformada, ressaltando que muitos recursos visam apenas procrastinar, e não têm chance de vitória no mérito. Essa PEC, conforme previu o ministro, viria a restaurar a confiança nas 1ª e 2ª instância, gerando uma maior cobrança da sociedade sobre estas e uma necessidade de aumento de investimento nessas instâncias.

O ministro José Cardozo, por sua vez, afirmou ser um projeto um tanto quanto polêmico. No entanto, não afastou a possibilidade de discussão da proposta, e afirmou que a Presidente Dilma já tem conhecimento desta. O ministro da Justiça, no entanto, ressaltou que a Reforma do Judiciário deveria surgir do fruto de uma maior sinergia entre os três poderes e a sociedade, adotando medidas alternativas de resolução de conflitos, que precedessem a via Judicial, objetivando assim diminuir a litigiosidade, e conseqüentemente a prestação jurisdicional.

O vice-presidente da República, Michel Temer, a meu ver, se mostrou um tanto quanto cético com relação às decisões transitadas em julgado, executadas, e posteriormente reformadas pelos tribunais superiores.

Para Temer, a proposta está de acordo com as demandas da sociedade, mas precisa ser debatida para responder a questões como em caso de execuções pecuniárias reformadas, como se recuperaria o dinheiro 'tirado do bolso' da parte anteriormente executada.

A PEC apresentada pelo Min. Peluso traduz, sem dúvidas, um anseio da sociedade, que reivindica justamente uma prestação jurisdicional mais célere, digna e comprometida com a justiça social. De fato, a premissa adotada esboça uma solução para o problema dos processos notadamente procrastinatórios e da sobrecarga das instâncias superiores de processos recursais. No entanto, é necessário antes de levar à votação, criar diálogos, como o proporcionado na FGV, para que indagações, como a levantada pelo vice-presidente, sejam debatidas, solucionadas e posteriormente internalizadas.

Contudo, a reforma da prestação jurisdicional no Brasil, do ponto de vista da litigância, deveria partir de soluções que objetivassem a resolução de conflitos, antes que estes ingressassem no sistema judiciário. Decisões resolvidas por meio de mediação de conflitos são, em sua maioria, mais eficazes, tanto juridicamente, quanto socialmente, rápidas, menos onerosas e, portanto, adquirem um grau significativo de legitimidade, adequando o sistema de resolução de conflitos às demandas atualmente presentes na sociedade. ■



Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

Eros Grau ou Ministro Eros Grau?

João Marcelo Lima

A interpretação do Direito, tema principal da palestra “Diálogos com o Supremo: Ministro Eros Grau”, proferida no dia 18/03/2011 na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas me provocou especial interesse. E isso não foi pelo fato de eu estar diante de uma grande figura do Direito brasileiro contemporâneo, por mais que admire a figura do tão excêntrico (pelo menos em pessoa) e sábio Ministro Eros Grau.

Sua palestra desenvolveu, em linhas gerais, principalmente os três seguintes raciocínios:

1) Há necessidade de se respeitar a figura do magistrado;

2) A interpretação do direito evoluiu e deu lugar ao que o ex-ministro descreveu como sendo “a morte da subsunção”;

3) O ex-ministro é extremamente cético à figura do magistrado.

Eros Grau afirma que, por via da função que exerce o magistrado na sociedade, a sua figura deve distinguir-se da de um cidadão comum. A ele devemos nos dirigir como “Ministro” Eros Grau, e não simplesmente Senhor Grau, ou Eros, ou Grau. A razão que deu – raiz da minha dúvida – é que, para que se fortaleça e estabeleça a imparcialidade¹, virtude que deve caracterizar o magistério, a sociedade precisa trabalhar para que sua relação com a toga seja formal e respeitosa. Ou seja, fortalecemos o instituto do Magistério no momento em que damos aos seus integrantes sua devida autonomia, distância e respeito. Nada de intimidade, aproximação ao cidadão. Esse, afirma o convidado da Escola, não é o papel do Judiciário. O meu problema é justamente esse. Parece-me que o ex-ministro vai contra o seu tempo, e - como especifiquei na única citação deste texto - si mesmo.

A sociedade vem mudando, e com ela deve mudar o Judiciário. Passou-se a época em que se simpatizava com a noção, tão aceita na academia, de que não havia problema (muito pelo contrário!) em ter um Judiciário autônomo. Se durante o autoritarismo militar não tivemos um Judiciário autônomo, pelas razões óbvias que a natureza do centralismo político típico

da ditadura dos generais ensejou, e antes disso estávamos entre 1946-1964 (época em que, a meu ver, seria razoável pensar em um Judiciário que não sofresse pressão política significativa), nota-se que faz muito tempo que a noção de autonomia judiciária, a falta do controle externo do “contra-poder”, se adéqua à relação sensível e importantíssima entre Estado e Sociedade, entre academia e Judiciário.

O inverso ficou muito claro – inclusive a do próprio Supremo Tribunal Federal - no início da palestra “Caminhos para um Judiciário mais eficiente”, também apresentada na FGV-Direito Rio, no dia 21/03/2011, na qual o Professor Joaquim Falcão lembrou as palavras do atual Presidente do Supremo Antônio Cezar Peluzo de alguns meses antes: “O Judiciário estende a mão à sociedade”. Como poderá o Supremo estender a mão enquanto recua-se à sua autonomia? Quem irá alcançá-la?

Eu chamo de democratização e legitimação do Judiciário ao fenômeno que tem sido conhecido como sua “politização”. O antigo poder desprovido de ação política distancia-se da noção clássica e enterrada de separação de poderes pautada na autonomia e aproxima-se rapidamente à harmonia entre os três poderes.

Já dizia Karl Lowenstein que a separação de poderes é insuficiente e ultrapassada como consequência do decorrer do tempo desde sua sedimentação no texto constitucional americano em razão da ideologia liberal existente naquela época devido ao trauma que o unilateralismo perverso havia causado aos habitantes daquele país (o referido autor diagnostica a origem da teoria da separação de poderes em Aristóteles). Muito tempo e muita coisa mudou desde então. O consagrado constitucionalista afirma que o que realmente determina o movimento do Estado (leia-se também governo) é a “liderança política”. Não há distribuição de poder, o poder é uno e indivisível. Há distribuição de competências, às vezes exclusivas, e outras concorrentes.

Meu parecer quanto ao primeiro ponto complementa-se com o que opino sobre o segundo. Enquanto o

¹ Imparcialidade é necessária no magistério para que o Judiciário exerça sua função no clássico sistema de separação de poderes. Isto é, o Judiciário deve guiar-se por um papel institucional contra-majoritário em relação às maiorias políticas, para garantir os direitos fundamentais, especificamente, por meio de tanto, das minorias políticas e sociais de um determinado território. Vale ressaltar que mencionada noção, segundo ressaltam o Professor Diego Werneck e Leandro Molhano em seu trabalho “Indicações Presidenciais para o Supremo Tribunal Federal e seus Fins Políticos: Uma Resposta a Mariana Turner”, está ligada à ideia de que a atividade de interpretação constitucional levada a cabo pelo STF é eminentemente técnica, sem qualquer componente moral ou político significativo. A relação descrita, a meu ver, ocorre no momento em que temos como premissa que para proteger as minorias (função do Judiciário) deve-se estar livre de pressões políticas e morais das maiorias, as quais teriam maior probabilidade de influenciar as decisões dos ministros da Corte Constitucional, e razão pela qual a interpretação deve ser “ eminentemente técnica”.

o palestrante prega uma valorização do magistrado, seu distanciamento das vicissitudes que a interação com o cidadão poderiam causar-lhe, sustenta que o papel do interpretador não é o de identificar, ao contrário do que entende-se quando se pensa em subsunção, o significado de normas, encontradas no texto normativo. Não reproduz seu conteúdo já predeterminado e existente: cria a norma no momento da interpretação. Não existe norma, e sim texto normativo, do qual se usa o interpretador, com ajuda da doutrina e da jurisprudência, para dar a ela significado jurídico no plano da realidade.

A interpretação é, então, constitutiva do significado e dos efeitos do texto normativo. De que serviria a atividade de interpretar o texto normativo se só fosse necessária para extrair o significado, a compreensão presa em alguma de suas palavras e expressões? Só seria necessária em momentos de indeterminação e imprecisão de suas palavras. Em outros momentos, não haveria necessidade de interpretar nada. De fato, o juiz não é um técnico, um instrumento intelectual usado no momento de controvérsia quanto à lei. Ele produz norma, gera o Direito que podemos perceber e ao qual estamos vinculados. Como diz Eros Grau, “interpretar é a arte de criar algo novo”.

Se o juiz produz normas, ele está sujeito a, como bem ensinou Hans Kelsen, dois momentos, não necessariamente escalados em etapas distinguíveis: o ato de conhecimento e ato de vontade. O ato de conhecimento é a adequação de determinadas parcelas do texto normativo (premissa maior) aos fatos do caso (premissa menor). É o delineamento da hipótese de incidência. A partir desse momento, enfrenta o interpretador o problema do ato de vontade. Para tanto apoia-se na doutrina, jurisprudência, em suas convicções pessoais e observações acerca da conjuntura sócio-econômica do momento em que prepara a sua decisão. Usa-se, portanto, de outras interpretações, que saíram do texto normativo para a realidade (jurisprudência), e do que alguns (acadêmicos) acreditam ser interessante ter no plano da realidade (doutrina).

Agora, partindo da premissa (minha perspectiva pessoal) de que o que ocorre atualmente quando vemos o Judiciário “estender a mão à sociedade”, com diversas entrevistas do Gilmar Mendes dando opiniões e se justificando ao Jornal Econômico a respeito de inúmeros temas na agenda do Supremo Tribunal Federal, é de fato uma democratização do Judiciário, momento no qual este se aproxima cada vez mais da população e espaço em que tem repercussão suas decisões pessoais, acredito que o que deve dominar o “ato de vontade” do criador de normas é o clamor da “sociedade civil organizada”. Para fazer tal afir-

mação, é necessário largar o pressuposto de ser o Judiciário um contra-poder, contra-majoritário e dotado da capacidade de legitimamente proteger as minorias contra os calores e populismos momentâneos e potencialmente (e no julgar deles) desprovidos de razão da maioria.

Me é difícil distinguir o que é minoria e maioria. Quem é minoria? Qual é o critério que define a maioria? As pessoas, em si, são contraditórias, de opinião minoritária para algumas coisas e majoritária para outras. É o que talvez poderia considerar-se como a “natureza do ser humano”. A opinião pública, no entanto, já pauta, em grande parte – fenômeno que continuará se aprimorando – boa parte da agenda do legislativo de forma coerente e organizada. A tecnologia e, consequentemente, o sempre mais rápido intercâmbio de um volume cada vez maior de informações é responsável por isso. Existe o Facebook, a Globonews, a Band, a Record, o Twitter, o Transparência Brasil, o Move Rio, etc.

O problema do interpretador em face de controvérsias quanto ao seu ato de vontade não é se distanciar ao máximo do que ele acha que pode ser uma pressão social que descaracterizaria e deslegitimaria sua decisão (devido à noção clássica que se tinha da função do Judiciário no ambiente estatal). Agora a encrenca é outra: discernir, a partir de todos os meios que a sociedade civil encontrou para formar uma opinião pública, exemplificados acima, qual é a opinião da sociedade. Se, é claro, essa variável não pode ser a única determinante da decisão, acredito que levá-la em consideração é sim uma obrigação moral do interpretador sentado no STF.

Acredito ter sido extremamente proveitosa a palestra do Ministro Eros Grau. Quanto ao último ponto, não tenho medo de ministros do Supremo. Tenho medo, e muito, dos que se isola, concentrando, em seu exílio, todo o poder de decidir, discricionariamente e (o que é pior!) individualmente, acerca de temas que tocam diretamente a vida de todos os cidadãos.



Fonte: <http://www.informenoticial.com/archives/3688>

UMA GRANDE EMPRESA É FEITA DE GRANDES PROJETOS

EURO RSCG RIO



Inaugurado | Boulevard Shopping Belo Horizonte - Outubro 2010



Inaugurado | Boulevard Shopping Campos - Abril 2011



Shopping Leblon - RJ



Projeto de expansão | Carioca Shopping - RJ



Projeto de expansão | Shopping Iguatemi Salvador - BA



Projeto de expansão | Shopping Taboão - SP



Projeto de expansão | Via Parque Shopping - RJ



Projeto de expansão | Caxias Shopping - RJ



Projeto de expansão | Bangu Shopping - RJ

QUEM MAIS INAUGUROU
SHOPPING CENTERS NOS
ÚLTIMOS 5 ANOS JÁ TEM
NOVOS PROJETOS.

Em construção:

Parque Shopping Belém e
Parque Shopping Maceió.

Projetos de expansão:

Bangu Shopping,
Boulevard Shopping Campina Grande,
Boulevard Shopping Feira de Santana,
Carioca Shopping, Caxias Shopping,
Shopping Iguatemi Salvador, Shopping Taboão,
Shopping Grande Rio e Via Parque Shopping.

A Aliansce está presente em nove estados
brasileiros, planejando, construindo,
administrando e comercializando
25 shoppings. E não para por aí. Os
novos projetos de construção e
expansão já somam mais de
100 mil m² de área bruta locável.

Em todo o Brasil já são
aproximadamente 4.000
lojas que contam com a
experiência e o respeito
de uma das maiores
empresas de
shopping centers.

Experiência na Fundação Botín

Francisco Figueira

Estávamos 40 sentados no carpete do sótão da antiga casa de Don Marcelino de Santaolalla. Casa que hoje é a sede da Fundação Botín, ex-Marcelino Botín, ligada ao Banco Santander. Estávamos na cidade de mesmo nome, Santander, norte da Espanha, e éramos os 40 alunos latino-americanos entre 19 e 23 anos. Conversávamos com um espanhol de 40 anos que era o diretor do programa no qual estávamos há dois meses e este homem, que havia pensado nossos dois meses como ninguém, nos avisou que tínhamos completado a carga horária de um mestrado de médio porte, 450 horas aula. Sim, 450 horas em 10 semanas, 45 por semana, 9 por dia útil sem contar os feriados, as visitas institucionais e as viagens. Eu tinha falado em média uma vez por semana com minha família neste período, tinha passado meu aniversário incomunicável em meio a aulas e palestras, tinha perdido a noção de tempo, tinha aprendido e já falava fluente uma nova língua, o espanhol. Como pude parar ali? Tenho algumas linhas para explicar e convencer vocês a aplicarem até julho para o mesmo caminho.

Participei, pela Fundação Getúlio Vargas, de uma concorrência para uma bolsa de uma fundação espanhola, a Fundação Botín. Cada universidade so poderia enviar três candidatos e os mais de 200 centros de estudos superiores convidados inscreveram 800 nomes de alto nível para as 40 vagas. Todos deveriam mostrar aptidão para o serviço público, nomear ídolos e enumerar feitos, tudo isto em um formulário de 150 caracteres por pergunta. Um tweet para se mostrar merecedor de uma bolsa de 10 semanas, sete dias na prestigiosa Brown University, da Ivy League, e a continuação em Madrid. Me animei mas, mal percebia o que ia estudar, na verdade.

Quando saiu a lista, comemorei muito. Sabia que havia ganho algo importante, mesmo sem entender o que. Ao começar o contato com outros nomes da lista, todos sentíamos o mesmo estado, o ânimo e a ansiedade, mas também a tal da dúvida que pairava sobre tudo, afinal era a primeira bolsa Botín para o fortalecimento da função pública na América Latina. Uma amiga argentina chegou a comentar depois que o nome do programa lhe causou tanta dúvida que ela chegou a se perguntar se a tal da bolsa era paga. Sim, quase tudo estava incluído. Quase tudo, os essenciais sangrias e tapas (ou aperitivos) no Mercado de San Miguel não, nem outros supérfluos. —

Na primeira semana de estudos em Brown, conheci os outros 39 estudantes. Todos com perfil de ativi-

dades, organizadores de ações sociais. Esqueça a ideia de serviço público como concurso para a segurança e para bons salários durante o resto da vida. O ponto aqui era gente capacitada que queria ajudar suas sociedades a melhorar. Desde um argentino membro de partido político que sonha com a presidência de seu país, passando por um mexicano estagiário de agência reguladora, até um colombiano criador de escolas de futebol para crianças carentes parceira do Real Madri. E eu no meio.

Fomos explicados o que acontecia enquanto acontecia. Participávamos de uma sessão de aprimoramento, ou não, uma sessão intensiva de trabalho em grupo, ou não, uma experiência sem igual. As aulas começaram em Estado de Direito e terminaram em Cultura e mudanças nas organizações. Entre estes dois pontos A e Z, tivemos sessões de trabalho de grupo, aula de psicologia aplicada, de estrutura do Estado com um deputado, de história do pensamento econômico com economistas, de filosofia política, de sindicatos com sindicalistas, de crise energética com um dos principais negociadores da ONU nos encontros de Copenhagem e Cancún, e de muito do que pode servir a um servidor público, inclusive uma palestra com o chefe da Central de Inteligência da Espanha. Aprendemos tudo? Nem perto. Mas a promessa nunca foi a totalidade, mas a experiência.

As visitas seguiram o mesmo padrão, conhecemos as casas e os presidentes do Congresso e do Senado espanhóis, os Parlamntos europeu em Bruxelas e inglês em Londres, a Universidade de Salamanca e ao Caminho de Santiago. Sim, tudo isto em uma bolsa para formar servidores públicos bem diferentes daqueles que se conhece quando se visita uma repartição pública qualquer.

As semanas de estudo se seguiram com uma rapidez impressionante. O tempo era dividido entre classes, visitas e trabalhos em grupo preparando a apresentação final, no meu caso sobre Acesso a Justiça. Tínhamos que encontrar pontos em comum, não somente a Carta de San José da Costa Rica, mas também planos, estratégias, missão, visão e valores. Criar uma união que não existia antes, traçar uma série de linhas comuns para garantir o sucesso de 10 semanas pelos próximos 3, 4 anos. E nos exigiam também em provas, em trabalhos analíticos com prazos de três dias.

Então muitos devem se perguntar, entre tantas tarefas, havia tempo para ser feliz? Sim, como havia. Desde as aulas que tiravam um pouco da rotina como

o Tailler de Criatividade ou ir ao Santiago Bernabeu, estádio do Real Madrid, ou sentar no parque do Bom Retiro, espécie de Jardim Botânico no coração de Madrid, e tomar uma erva mate com argentinos e uruguaios. Aos que leram até aqui e começam a se assustar, sim, cada segundo era compartilhado, do café da manhã ao jantar, sempre éramos muitos, gritando, discutindo e muitas vezes se divertindo.

Confesso que não sei se vou ter outra chance como essa que passou. Espero ter imprimido nessa matéria

um pouco do que aconteceu, ou pelo menos conseguir instigar dois ou três alunos que queiram participar esse ano de 2011. Para os que pensam se tem chance, eu garanto que sim. Poucas instituições latino-americanas eram citadas com credibilidade durante aulas e seminários, mas sempre a FGV estava lá. E, ao fim do curso, ao me despedir do mesmo diretor espanhol do programa que citei no início, eu lhe perguntei quando ele visitaria o Brasil, e ele me disse que queria conhecer a Getúlio Vargas. Ponto para nós!

Ideologias Mundiais, *excuse moi!*

Catarina Freitas

Durante as férias, após concluir o curso de Ideologias Mundiais, um pensamento tem me consumido: como pode uma aula que se denomina ideologias *mundiais* pode tratar apenas de ideologias européias? Pensei, também, em como a minha percepção do mundo é tão influenciada e tão parecida com as ideias estadunidenses e Européias (resumindo-se à parte ocidental, em geral). Ademais, constatei que conheço mais a Europa e os Estados Unidos culturalmente, historicamente, artisticamente, politicamente mais do que a América Latina. Consequentemente, penso como eles e suas ideias tornam-se minhas ideias, inconscientemente. Isso me causou uma angústia e desabafei com uma amiga¹, com certa revolta, que não viajaria e nem leria mais nem sobre a Europa nem Estados Unidos.

Como uma boa amiga, ela me mostrou um vídeo que me encantou. Nele, Chimamanda Adichie, escritora nigeriana, discorre sobre o perigo de uma única história. Se de imediato pensamos que árabes são terroristas, que africanos vivem em conflito, morrem de fome e sofrem de AIDS, que chineses só produzem imitações baratas e trabalham em condições escravas, que mexicanos são imigrantes ilegais, não nos esqueçamos que nós brasileiros somos todos mulattos, jogadores de futebol, cujas mulheres de silhueta avantajada são extremamente sedutoras, vivemos todos na selva e nossa capital é Buenos Aires. O que todos esses povos têm em comum? Que o mundo conhece poucas de nossas múltiplas histórias, o que gera preconceitos e generalizações.

O que mais me encantou no vídeo é o modo humilde, e não pretencioso, como a autora fala. Ela não pretende culpar “o ocidente” pelos preconceitos. Muito pelo contrário, ela reconhece que somos influenciados e conhecemos bem as suas culturas, não

apenas por eles serem as maiores potências econômicas e terem exercido e exercido ainda domínio político e econômico sobre nós. Mas sim, por difundirem amplamente sua cultura através de ditames de moda, música, indústria cinematográfica, literatura.

Há uma produção cultural de grande escala nos Estados Unidos e Europa ocidental, o que nos permite conhecer e ter acesso a suas múltiplas caras, aspectos, evitando os preconceitos gerados por uma única história.

O que podemos mudar, então, como sugere a sábia nigeriana? Contarmos mais histórias de nós mesmos. A produção cultural do Brasil, tímida ainda, deve ser mais estimulada para mostrarmos que somos mais que favelas, futebol, carnaval e floresta. Chega de louvarmos e lermos apenas Jorge Amado, Machado de Assis, Carlos Drummond e José de Alencar. Nossa literatura contemporânea tampouco resume-se a Paulo Coelho. Nossos filmes não são só favelas, Padilha! Exportemos nossas histórias únicas, sem nos prendermos unicamente aos clichês do pobre, do latifundiário, do nordestino, e mostremos, através dos filmes, nossas múltiplas faces. E, pelo amor de Deus, NX Zero e Restart ganhando prêmio de melhor banda brasileira não dá!

Mas para nos conhecermos melhor devemos conhecer melhor nossas origens. Aplaudo que o ensino sobre a África seja compulsório, agora, nas escolas. Afinal, nossos ancestrais eram pessoas mais complexas que simplesmente escravos. Entendamos a Ásia melhor, pois somos mais parecidos com a Índia do que imaginamos! Enfim, a mensagem a ser passada, aqui, é que ao resumirmos as Ideologias Mundiais como sendo o Liberalismo, Socialismo, Nacionalismo e Totalitarismo, vamos conhecer as outras histórias, ainda tímidas, antes de tratarmos destas como as únicas, ou mais importantes, do mundo.

¹ Marianna Jardim, aluna de Jornalismo na PUC-Rio. O vídeo está no link http://www.ted.com/talks/lang/eng/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html

A Problemática Estudantil do Estudo

uma modesta análise feita por um estudante que sofre dela

Antônio Bastos

Esse artigo tem a pretensão de analisar a partir de uma perspectiva pseudo científica-dogmática o processo de estudo e aprendizado do aluno, investigando as formas pelas quais ele ocorre, ou melhor, não ocorre. Busca-se traçar um panorama das ações, pensamentos e escolhas dos estudantes sobre o ato de estudar e quais as suas consequências, ou seja, de que modo essas escolhas influenciam no aumento ou na diminuição do custo de estudar. Dependendo das escolhas tomadas, o aluno pode afundar-se num abismo de um ciclo vicioso, ou elevar-se às constelações do Olimpo jurídico com um ciclo virtuoso. Essa proposta confusa e de difícil formulação por parte do autor tentará adotar uma abordagem longe da adotada pelos sermões de pais/professores/autoridades sábias, adotando uma postura descolada e antenada com as últimas tendências do verão 2011 e da galera.

O que acontece na maioria das vezes quando se tenta estudar? Entra-se em um dilema cruel e difícil, entre honrosamente labutar com o material de estudo ou sucumbir às múltiplas tentações oferecidas à vida de um jovem na modernidade. A tarefa à frente é chata e maçante, o texto xerocado na biblioteca tem muitas páginas, a linguagem é hermética e difícil, o autor só fica enrolando, falando da doutrina alemã do século XIX e dos artigos do *Code Napoleon*, e o tempo é tão curto... Ao mesmo tempo, há uma infinidade de atividades muito mais aprazíveis e apetitosas à disposição, das mais diversas, que vão desde coisas banais como ler clássicos da literatura russa de Leo Tolstói e Fiodor Dostoiévski, até ocupações mais complexas e refinadas como assistir *Big Brother Brasil* e conferir constantemente as últimas atualizações do *facebook*. Entre o estudo relativamente desagradável e as outras atividades que trazem satisfação e diversão, é extremamente fácil e muito mais comum ficar com as últimas. Afinal, os ganhos imediatos serão muito maiores se não estudarmos. Só que há algo de podre nesse raciocínio... Ele só leva em conta os efeitos de curto-prazo.

E é aí que o biscoito quebra: as decisões tomadas geram efeitos não só a curto-prazo, mas também a médio e longo prazo. É o outro lado do dilema: privilegiando a satisfação imediata, sacrifica-se os resultados a médio e longo-prazo. No fundo, por mais que o estudante tente esconder a verdade de si mesmo, ele sabe que os resultados no final ficarão aleijados. Não é preciso muita elucubração intelectual para saber que, quando se deixa de estudar, está-se procrasti-



Fonte: <http://www.jornaldoalgarve.pt/wp-content/uploads/2011/04/BOLSAS-DE-ESTUDO.jpg&imgrefurl>

nando, empurrando o problema para um depois e não aprendendo o conteúdo da matéria, trazendo grandes dificuldades e tensões adiante. Domar os instintos imediatistas é difícil, enquanto autoenganar-se é fácil, procrastinando ao afirmar que o trabalho não feito hoje poderá ser feito amanhã, ou nos fins de semana, ou num outro futuro mítico qualquer que nunca chegará.

Portanto, na maioria das vezes, o estudante médio deixa de praticar o verbo do qual a palavra que o designa deriva, e se acostuma com o ato de não estudar, ficando condicionado a ele. Quando uma pessoa tem o mesmo comportamento repetidas vezes, ela fica muito mais propensa a ter esse comportamento de novo. Isso também acontece com o não estudo: se nenhuma hora do dia for tirada para ler os textos, por exemplo, fica cada vez mais fácil perpetuar essa linha de ação com a qual nos condicionamos do que, efetivamente estudar para variar. Assim, com o passar do tempo e a manutenção desse comportamento, os custos de estudar vão aumentando proporcionalmente. É necessário, então, uma grande energia para quebrar essa cadeia comportamental. Essa potência pode ser tanto força vontade, quanto a do desespero, sendo esta última a que normalmente ocorre ao aluno nas vésperas de provas ou de entregas de trabalho, onde ela é motivada pela coação da instituição de ensino feita pela nota, que aqui na FGV tem uma tendência a ser extremamente forte.

Além disso, adotando-se o comportamento de não-estudo é prejudicada a própria capacidade cognitiva, que deixa de receber o devido treino. Essa capacidade é que permite ao universitário conseguir efetivamente extrair e processar as informações do material de estudo, adquirindo conhecimento. Assim como um músculo que fica mais desenvolvido com o exercício físico, quando mais se estuda, mais as capacidades do intelecto são treinadas, desenvolvendo o raciocínio e a percepção. A cognição, que é o processo de pensamento pelo qual a mente aprende, fica mais fortalecida com mais exercício intelectual, que acontece quando se estuda. Graças a esse treino constante, fica mais fácil entender conceitos mais complexos ou compreender uma linguagem mais difícil, que certos acadêmicos e juristas sentem um prazer sádico em adotar. Desse modo, quando o aluno não estuda, ele deixa de exercitar a capacidade cognitiva, ficando assim bem mais difícil a assimilação do conhecimento: quando tal aluno, não acostumado a estudar, consegue finalmente reunir vontade suficiente para fazê-lo, tem um custo extremamente alto para efetivamente aproveitar esse estudo.

Com a sobreposição de tais processos, acaba-se entrando num ciclo vicioso de não estudo, que conduz à fenda da perdição e ao lado negro do direito. Como as tentações para tanto são muito altas, condicionamos nosso comportamento ao não estudo e, para colocar a cereja no bolo, quando tentamos estudar há a dificuldade adicional de entender os textos lidos. Quanto mais se afunda nesse espiral decrescente, maiores os custos e a dificuldade de rompê-lo e efetivamente voltar a aprender. Dessa forma, o estudante passa a ter maiores dificuldades na vida acadêmica. Ele consegue cada vez menos internalizar de forma efetiva o conhecimento para trabalhar com ele de forma autônoma, já que o estudo é feito majoritariamente na base do desespero, de forma superficial. É um conhecimento temporário que ele adquire com este tipo de estudo, que embora possa eventualmente ocasionar a aprovação numa disciplina, é descartado logo depois com impactos nefastos na vida estudantil e, posteriormente, na profissional.

Felizmente, nem toda esperança está perdida: assim como há um ciclo vicioso de estudos, há também o seu inverso, um ciclo virtuoso, altamente benéfico a médio e longo prazo. Se a tentação de não estudar conseguir ser resistido, e o estudo tornar-se uma constante diária, o estudante será condicionado a ele, criando o hábito de estudar. Consequentemente, o seu processo cognitivo irá desenvolver-se, ficando mais fácil extrair o conhecimento dos objetos de estudo. Assim, os custos de estudar irão diminuir enorme-

mente, e esse estudante terá muito mais chances de ter um bom desempenho acadêmico e uma formação sólida. O estudante em pleno ciclo virtuoso atinge a plena maturidade de seu intelecto, elevando-se acima dos homens e servindo como exemplo e guia para os demais. Embora esse estudante ideal, platônico seja encontrado muito mais facilmente no mundo das idéias do que em nosso pobre mundo sensível, sendo considerado inalcançável pelos alunos com alguma sanidade, todos os estudantes podem e devem tentar, com força de vontade e determinação, se aproximar diariamente mais e mais dele. Cultivando o hábito de estudo, vencendo as tentações com a força de vontade, exercitando suas capacidades cognitivas, o estudante poderá envolver-se nesse ciclo virtuoso, sendo elevado por ele e abrindo avenidas largas e arborizadas de perspectivas de aprendizado acadêmico e sucesso profissional. Mas será que, no final do dia, chegando à casa, conseguiremos estudar? A problemática estudantil do estudo, apesar dos maiores esforços contra ela, persiste... ■



Fonte: <http://www.topdicas.com/aprenda-a-ter-eficiencia-estudando-sozinho/>

EM PRETO E BRANCO

Giovanna Carloni

O álbum de fotografias estava como todo álbum antigo de família. As fotos ainda em preto e branco, porém com as meninas já adolescentes viam-se umas corezinhas, aqui e ali. O papel de fundo do álbum, que deveria manter coladas as fotos, desistiu de sua função, envelhecido que estava, não mantinha mais a cola firme e, dessa forma, as fotos, vez em quando, samborilavam dentro de um plástico improvisado. As traças, ao contrário do papel, tinham feito seu trabalho com êxito e roído as pontas e orelhas. A cor amarelada não se soube como chegou - era tão branquinho, disse a avó, com grande dificuldade - mas o tempo costuma deixar as coisas mais elegantes, agora ele parece de ouro...

De fato, o álbum tinha um valor que se intensificava a cada segundo que passasse, não importava o amarelado do tempo, nem o descolorido das fotos ou as orelhas comidas. O valor daquele álbum de família, assim como todos os álbuns que são preservados, ou não preservados, mas recordados em toda reunião com os netos, é muito maior do que ouro. Vale a lembrança dos tempos de moça da avó, as dificuldades do pai na luta para sustentar os filhos, o bebê que tinha nascido e caminhava, aos tropeços, com seu macacão branco e chapéu, no jardim da casa do sítio. Vale o aprendizado sobre a vida que os netos agora vão interiorizando, através de incríveis histórias e bravuras que serão contadas emocionantemente.

- Sabe que hoje eu estava caminhando na praia e encontrei uns antigos amigos dos tempos de Marinha. Um deles me perguntou porque eu saí tão cedo. Ora, foram as conseqüências, meu caro. Eu queria dar uma vida digna para minha família, queria que meus filhos estudassem nos melhores colégios, nas melhores faculdades, tivessem a melhor formação e com o salário que eu estava ganhando teria que colocá-los numa escola pública. Mas as particulares eram as melhores.

Agora, a forma como eles aproveitaram o estudo já não é problema meu.

Seus sorrisos inusitados, como a lembrar a velha época, repassar as emoções de muitos tempos, como o avô que conta histórias, fixou-me longamente. Talvez por ser um avô que não cheguei a ter, o meu morava muito longe, não tínhamos, porquanto, o costume de conversar sobre sua vida e seu passado. O outro morreu quando eu era pequena, a única lembrança que tenho é uma lupa que, disseram, foi dele e guardo bem abrigada. Meu pai disse que vovô era grande conhecedor, tinha sido caixeiro viajante, correndo através do Brasil para mostrar catálogos de produtos da empresa na qual trabalhava. Na verdade, fazia isso, disse ele, para fugir do governo de Getúlio que estava a perseguí-lo por ser líder de uma greve estudantil. Se formaria em engenharia, porém, no seu último ano de faculdade, o presidente assinou uma lei que fê-lo prolongar-se em mais três anos e, dessa forma, Henrique não conteve sua revolta. Tinha incrível dom de contar piadas, chegando a apresentar-se para grande platéia. Meu pai diz que numa dessas estava ninguém menos que Jô Soares sentado numa mesa, escancarando-se de rir, sem parar, ao ritmo acelerado das piadas de meu avô. Era uma piada atrás da outra, dos mais variados tipos, de portugueses a cotidiano. A única nacionalidade que não entrava na brincadeira eram os italianos, por ser ele pertencente de família dessa origem. Nas suas viagens ao redor do mundo seguiu-o minha avó, e juntos construíram uma família com quatro filhos, sendo o meu pai o mais novo, com diferença de doze anos para a mais velha. Dizia que ele era muito sabido, qualquer assunto de história, se estivesse ainda vivo, me explicaria. Mas nunca explicou, porque nunca nos falamos muito. Porém, lembro com muita nitidez da sua voz ao telefone – oi, Gigi! – meio rouca, puxada, voz de gordo. Era o vovô

Gordo e, quando fui a Natal visitá-lo, lembro-me de que gostava de pular em cima de sua barriga, comer pizza que ele próprio fazia e tomar água de côco do seu coqueiro. Foi essa experiência que eu cultivei, timidamente, ao conversar com o Senhor Paulo, e foi essa mesma fala, dos saberes de história, que Paulinho, o filho do meio, me disse, interrompendo, oportunamente, uma das suas explicações sobre “O Capital”, de Karl Marx.

Com uma risada, o avô do meu namorado me contou sobre o tempo em que se formou.

- Veja bem, eu fui criado pela minha irmã mais velha. Por isso era muito solitário. Mas solitário é diferente de solidão, eu era apenas solitário, entende? Com quinze anos, então, fui estudar na escola naval, num internato e, com dezenove, já estava formado. O meu superior tinha me deixado no comando de um navio com cento e dezesseis tripulantes, olhe, eu com dezenove anos. – e ria, abrindo um sorriso tão verdadeiro quanto o seu passado. Tomando conta de um navio. Acabado de me formar.

No álbum não tinha fotos de sua formatura, apenas das crianças, eram cinco, pequenas, e do casamento das filhas. Porém, numa caixa que Dona Leda abriu pela ocasião, em meio a muitas outras fotos mais pretas e brancas, estava uma dele com a farda bem passada e o rosto liso, sempre os mesmos óculos perdurando no rosto, e uma postura de, agora, comandante da marinha. No real dos fatos, nunca gostou muito de ser da marinha. Tinha raiva por passar natais tendo que conter revoltas de comunistas insatisfeitos com o governo ditatorial, ao invés de estar sentado à mesa com sua mulher e filhos a comer a ceia. Dona Leda, nessa época, muito religiosa, sempre cumprindo seus deveres como cristã, claro que teriam de ir à missa de natal. Porém, depois da morte de uma amiga muito próxima, ela deixou de acreditar.

- Mas você não acredita nem em Deus? – perguntou Zaine, namorada de Rodrigo, um dos netos, ao fim do almoço.

- Às vezes sim, às vezes não.

É o que acontece quando a esperança de uma pessoa vai embora, correndo. Talvez nem a esperança, mas a vontade de viver, a alegria por pertencer ao mundo. Porém, disse Paulinho, o filho do meio, ninguém pede para descer do céu.

- No mesmo dia em que Leda teve o derrame, essa amiga dela morreu. Elas eram amigas desde o maternal, tanto que minha mulher foi madrinha de um dos seus filhos. Os dois, até hoje, são muito ligados a ela. Sempre telefonam para saber como vai e, de vez em quando, aparecem aqui. São laços que foram cultivados desde muito tempo, amizades fortes que atravessam gerações. Eu não contei de início para ela. Esteve durante um tempo em coma e, quando acordou, não conseguia falar direito. Esperei recuperar a fala para poder dizer. Foi quase como um segundo coma.

Não riu, nessa hora, o Senhor Paulo. Nem todas as lembranças são felizes, dignas do seu sorriso. Por causa desse derrame, Dona Leda perdeu o movimento de uma parte do corpo... e uma parte da alma. Quem não perderia? Essa parte fora embora com sua alegria de viver, a magia com que sempre regeu a casa e os filhos, a esperança, se for essa a virtude, de continuar bem. Contudo, bem vendo, ela conseguiu dar a volta por cima de uma etapa que seria a sua morte lenta, pois sua magia voltou, mesmo que com menos intensidade do que antes, mas trazendo junto um sorriso que pode-se facilmente ver em seu rosto, a qualquer hora. Fala-se que a velhice traz de volta os tempos da mocidade. Talvez seja culpa, e uma bela culpa, dos álbuns de fotografia.

- Eu conheci a Leda muito jovem. No início o pai dela não gostava de mim, imagine! Um moleque, que ainda por cima jogava futebol, - enfatizava essa parte - só podia ser ordinário. Era muito engraçado, a avó rezava, todo dia, um terço inteiro para eu desaparecer da vista dela. No entanto, nos casamos, tivemos cinco filhos e hoje está todo mundo aí, já crescido, já quase velho também.

Canto Poético

*Nesta edição O Gerifalte resolveu mostrar como alguns ex-alunos-poetas
seguem poetizando mesmo em sua carreira jurídica.*

*Resolvemos homenagear a obra do Juiz Ronaldo Tovani, substituto da
Comarca de Varginha, que concedeu liberdade provisória a Alceu da Costa
lavrando sua sentença em versos.*

No dia cinco de outubro
Do ano ainda fluente
Em Carmo da Cachoeira
Terra de boa gente
Ocorreu um fato inédito
Que me deixou descontente.

Assim é que o aparato
Da Polícia Militar
Atendendo a ordem expressa
Do Delegado titular
Não pensou em outra coisa
Senão em capturar.

Soltá-lo é decisão
Que a nossa lei refuta
Pois todos sabem que a lei
É prá pobre, preto e puta...
Por isso peço a Deus
Que norteie minha conduta.

O jovem Alceu da Costa
Conhecido por “Rolinha”
Aproveitando a madrugada
Resolveu sair da linha
Subtraindo de outrem
Duas saborosas galinhas.

E depois de algum trabalho
O larápio foi encontrado
Num bar foi capturado
Não esboçou reação
Sendo conduzido então
À frente do Delegado.

É muito justa a lição
Do pai destas Alterosas.
Não deve ficar na prisão
Quem furtou duas penosas,
Se lá também não estão presos
Pessoas bem mais charmosas.

Apanhando um saco plástico
Que ali mesmo encontrou
O agente muito esperto
Escondeu o que furtou
Deixando o local do crime
Da maneira como entrou.

Perguntado pelo furto
Que havia cometido
Respondeu Alceu da Costa
Bastante extrovertido
Desde quando furto é crime
Neste Brasil de bandidos?

Afinal não é tão grave
Aquilo que Alceu fez
Pois nunca foi do governo
Nem seqüestrou o Martinez
E muito menos do gás
Participou alguma vez.

O senhor Gabriel Osório
Homem de muito tato
Notando que havia sido
A vítima do grave ato
Procurou a autoridade
Para relatar-lhe o fato.

Ante tão forte argumento
Calou-se o delegado
Mas por dever do seu cargo
O flagrante foi lavrado
Recolhendo à cadeia
Aquele pobre coitado.

Desta forma é que concedo
A esse homem da simplória
Com base no CPP
Liberdade provisória
Para que volte para casa
E passe a viver na glória.

Ante a notícia do crime
A polícia diligente
Tomou as dores de Osório
E formou seu contingente
Um cabo e dois soldados
E quem sabe até um tenente.

E hoje passado um mês
De ocorrida a prisão
Chega-me às mãos o inquérito
Que me parte o coração
Solto ou deixo preso
Esse mísero ladrão?

Se virar homem honesto
E sair dessa sua trilha
Permaneça em Cachoeira
Ao lado de sua família
Devendo, se ao contrário,
Mudar-se para Brasília.

Trocadilhos infames com nomes de pessoas de notável saber jurídico é JURISLICIOUS!

Antônio Bastos

O que um Jurista faz quando quer atravessar um rio?
Chama o **Pontes de Miranda**.

Qual o jurista mais bem hidratado?
O **Clóvis Beviláqua**.

Quem fica com inveja ao ver os 52 volumes do tratado de direito privado do
Pontes de Miranda?
O **Fábio Komparato**.

Qual o jurista que frequenta a Acrópole?
O **Rogério Greco**.

Você manda nos campos?
O **Luiz Rege Prados**.

Faça sua contribuição para *O Gerifalte* !

Encontros serão definidos no início do período e anunciados nos quadros.

Ou entre em contato conosco: ogerifalte@gmail.com

Já na próxima edição:

- Carta dos Leitores. Envie-nos sua opinião por e-mail (ogerifalte@gmail.com)

- Classificados: quer vender livros, computador, alugar quartos, etc? **ANUNCIE AQUI!**

Envie sua oferta por e-mail (ogerifalte@gmail.com)

QUADRINHOS JURÍDICOS

Antônio Bastos e Lucas Naylor



GRANDES PROJETOS PRECISAM DE GRANDES TALENTOS.

EURO RSCG RIO

RECRUTAMENTO ALIANSCE

ESSA É UMA OPORTUNIDADE PARA JOVENS TALENTOS QUE SONHAM EM CRESCER NO MERCADO DE TRABALHO. ESTUDANTES DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO ESTÃO CONVIDADOS A SE INSCREVER PARA VAGAS DE ESTÁGIO OU EMPREGO NA ALIANSCE, EMPRESA QUE ADMINISTRA E COMERCIALIZA 25 SHOPPINGS COM APROXIMADAMENTE 4.000 LOJAS EM 9 ESTADOS.

EMPREENDIMENTOS COMO O SHOPPING LEBLON E O VIA PARQUE SHOPPING SÃO EXEMPLOS DE PROJETOS PLANEJADOS E GERIDOS POR UMA DAS MAIORES EMPRESAS DE SHOPPING CENTERS DO PAÍS. E A ALIANSCE NÃO PARA DE CRESCER: SÃO 2 NOVOS SHOPPING CENTERS SENDO CONSTRUÍDOS, 1 TORRE COMERCIAL E DIVERSAS EXPANSÕES DO PORTFÓLIO ATUAL.

ENVIE SEU CURRÍCULO PARA **CURRICULO@ALIANSCE.COM.BR**

PARTICIPE DO FUTURO DA ALIANSCE.



www.aliansce.com.br

